

A MIGRAÇÃO HAITIANA NO ESTADO DE MINAS GERAIS: UM ESTUDO SOBRE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA IMIGRANTES HAITIANOS NO MUNICÍPIO DE CONTAGEM

MARINA APARECIDA PIMENTA DA CRUZ CORREA¹, VALQUIRIA ALMEIDA².

¹Doutoranda e Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Pós Graduada em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora e Coordenadora de Projetos de Pesquisa e Extensão sobre Migração Integração na Faculdade de Políticas Públicas da Universidade Estadual de Minas Gerais (FaPP UEMG) e da Academia da Polícia Militar de Minas Gerais. Membro do Observatório de Migração Internacional do Estado de Minas Gerais – OBMinas. Advogada e Gestora de Projetos da empresa Geoline. profmarinapimenta@gmail.com

²Bacharel em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Tecnóloga em Processos Gerenciais com ênfase em Gestão das Organizações do Terceiro Setor pela Faculdade de Políticas Públicas da Universidade do Estado de Minas Gerais. Captadora de recursos e Gestora de Projetos da Associação Projeto FRED – Uma Alternativa à Reintegração. valquiria.almeida93@hotmail.com

RESUMO

Este artigo tem como objetivo discutir alguns pontos dos desdobramentos da imigração haitiana para o Brasil, debruçando-se sobre políticas de educação inclusiva para imigrantes haitianos no Município de Contagem, cidade da região metropolitana de Belo Horizonte. Analisando especialmente o “Projeto Escola sem Fronteiras”, promovido pela Secretaria de Educação, através do Departamento de Ações Afirmativas do Município, visa-se compreender suas ações, alcance e impactos na condição dos imigrantes haitianos no município, articulando esse conhecimento com o contexto geral conhecido quanto à condição da imigração da população do Haiti no Brasil. A metodologia empregada é a de pesquisa bibliográfica, revisão da literatura e estudo de caso. Essa reflexão estabelece uma relação de diálogo teórico com alguns autores a partir de abordagens que contemplam a nossa discussão.

Palavras-chave: Contagem; Escola sem fronteiras; Gestão Pública; Migração haitiana; Política Pública de Educação.

THE HAITIAN MIGRATION IN THE STATE OF MINAS GERAIS: a study of inclusive education policies for Haitian immigrants in the Town of Contagem

ABSTRACT

This article aims to discuss some points of the development of haitian immigration to Brazil, focusing on inclusive education policies for Haitian immigrants in the town of Contagem, a city in the metropolitan region of Belo Horizonte. Analyzing especially the "School without Frontiers Project", promoted by the Secretary of Education, through the Department of Affirmative Actions of the Town, it aims to understand their actions, reach and impacts on the condition of haitian immigrants in the town, articulating this knowledge with the general context known about the immigration condition of the Haiti

population in Brazil. The methodology used is bibliographic research, literature review and case study. This reflection establishes a relation of theoretical dialogue with some authors based on approaches that contemplate our discussion.

Keywords: Contagem; School Without Frontiers; Public Management; Haitian migration; Public Policy of Education.

1 INTRODUÇÃO

Vivemos, atualmente, a era das migrações devido a intensificação da diversidade e da complexidade dos movimentos migratórios, além do consequente aumento da atenção atribuída ao tema. O Brasil, especificamente, vem se estabelecendo como um dos grandes países receptores de estrangeiros que, em decorrências de guerras, crises econômicas, perseguições políticas, desastres ambientais, dentre outros fatores, abandonam seus países em busca de melhores condições de vida. Nesse sentido, os impactos sociais e políticos gerados pelo mencionado fluxo, bem como sua contemporaneidade, justificam sua importância.

Minas Gerais é um dos estados brasileiros que mais têm recebido imigrantes. Em 2014, mais de trinta mil imigrantes, especialmente haitianos e sírios, já se encontravam em Minas Gerais. Segundo o coordenador do grupo de estudos sobre Distribuição Espacial da População da Pontifícia Universidade de Minas Gerais, Durval Fernandes, a partir de dados do Sistema Nacional de Cadastramento e Registro de Estrangeiros da Polícia Federal de 2014, existem aproximadamente 31,5 mil de estrangeiros vivendo em Minas, o número é distribuído nas seguintes nacionalidades: Estados Unidos (10%), Itália (7%), Alemanha (6%), Argentina (6%), Portugal (5%), Colômbia (5%), França (4%), Japão (4%), China (4%), Haiti (4%), Peru (3%), Cuba (4%) e outros países (39%).¹ Portanto, faz-se necessário produzir conhecimento acerca da temática para ampliar a compreensão dos fluxos migratórios e do papel das Políticas Públicas de atenção ao imigrante no estado de Minas Gerais.

A atenção ao imigrante, durante muitos anos, foi uma questão delegada ao Terceiro Setor e instituições religiosas. Contudo, na contemporaneidade, o envolvimento do Estado passa a ser uma necessidade, sendo dele exigido repensar suas relações com os ‘estrangeiros’. A criação de políticas públicas de acesso a bens e direitos passam a ser uma exigência da população. Trata-se de um tema importante e que exige respostas para alguns dilemas que têm sido vivenciados não somente pelos imigrantes, mas também pelas comunidades que os tem recebido no que tange as questões relacionadas ao protagonismo, à autonomia, à formação política e à participação social.

Em contraposição ao crescente número de imigrantes no estado mineiro, há estruturas desacomodadas para recebê-los, além de um despreparo dos profissionais do setor público e social na efetivação da garantia dos direitos desses indivíduos, ocasionados, dentre outras razões, pela dificuldade imposta pela língua e pelo desconhecimento da legislação migratória que acabam por gerar situações de alta vulnerabilidade para esses estrangeiros. Há também o desconhecimento pelos imigrantes quanto aos seus próprios direitos e como ter acesso a eles, uma vez que estão imersos em outra cultura e em uma lógica cível diferente da de seu país de origem.

¹ <http://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/minas-gerais-tera-observatorio-de-migracao-internacional>

Nesse sentido, o presente projeto se propõe a debruçar sobre as políticas de educação inclusiva para imigrantes haitianos no Município de Contagem, cidade da região metropolitana de Belo Horizonte, analisando especialmente o “Projeto Escola sem Fronteiras” promovido pela Secretaria de Educação, através do Departamento de Ações Afirmativas do Município, visando compreender suas ações, alcance e impactos na condição dos imigrantes haitianos no município, articulando esse conhecimento com o contexto geral conhecido quanto a condição da imigração da população do Haiti no Brasil. Para tanto, o presente trabalho se compõem de pesquisa bibliográfica, revisão da literatura e estudo de caso, apresentando, primeiramente, o contexto geral da migração internacional no Brasil e, posteriormente, no estado de Minas Gerais. Faz-se um recorte especificamente do município de Contagem e o perfil socioeconômico de seus imigrantes haitianos residentes, além de analisar os motivos pelos quais esses imigrantes se destinaram ao Município. Por fim, apresenta-se a configuração do projeto Escola sem Fronteiras e seu impacto na cidade para a população haitiana e demais moradores.

2 A MIGRAÇÃO INTERNACIONAL NO BRASIL

As profundas transformações geradas pela globalização têm tido um grande impacto sobre os movimentos migratórios, uma vez que facilita o deslocamento populacional entre fronteiras quando acelera o progresso econômico, aumenta o fluxo de informações a respeito das oportunidades ou dos padrões de vida em outros países e estimula os trabalhadores a buscar novos lugares com novas oportunidades. Assume-se que, atualmente, a globalização é o principal motor das migrações internacionais, exceto nos casos de conflitos armados e desastres naturais. Nos últimos 30 anos, em decorrência dos avanços tecnológicos e do incremento das telecomunicações e do transporte, os movimentos populacionais são uma característica estrutural básica de quase todos os países, especialmente os mais industrializados.

Nesse sentido, os fluxos migratórios tornaram-se uma realidade econômica e social, além de um desafio às políticas internacionais e às políticas internas. As circulações contemporâneas comuns na era da globalização demandam mudanças em instituições internacionais e nacionais e impactam nas construções identitárias e no meio social das populações. Os movimentos migratórios sugerem coisas novas, veiculam novos conteúdos e novas formas de agir, questionando as racionalidades políticas e a ordem instituída das identidades (HILY, 2003 *apud* PATARRA, 2006).

Acerca da experiência histórica do Brasil em relação à migração internacional, como parte do processo de colonização, desde a ‘descoberta’, levas de imigrantes aportaram na costa brasileira e contribuíram para a sua formação. No primeiro momento, a migração vinha atender os interesses da corte de Portugal que era o de ‘ocupar’ o território. Após esse período, foi, por meio do fluxo de escravos, que se formou o mais numeroso conjunto de imigrantes (OIM, 2010).

Mais tarde, por volta do século XIX e até o primeiro quarto do século XX, nova leva de migrantes tomou a direção do Brasil. Vieram para atender à demanda crescente por mão-de-obra na agricultura e, também, como trabalhadores para a indústria. Segundo informações do atlas ‘A Migração Internacional do Estado de Minas Gerais’ (2015), produzido pelo Programa de Pós Graduação em Geografia da PUC MINAS:

O início deste processo migratório no Brasil, assim como em outros países da América Latina, foi possível graças à intervenção governamental que, para atender aos interesses ligados à agricultura, principalmente a cafeeira, criou mecanismos que facilitaram a vinda de imigrantes europeus. A expansão da economia cafeeira contribuiu, nas duas primeiras décadas do século XX, para o início da industrialização do país, cuja expansão ampliou o campo de trabalho dos imigrantes (p. 11).

O Brasil, assim como diversos outros países que tradicionalmente não compunham áreas de destino migratório, hoje recebe um número cada vez maior de indivíduos provenientes de países como o Haiti, Bolívia e Congo, além de pedidos de refúgio de pessoas que fogem de conflitos armados em países do Oriente Médio, África e Ásia. Reconhecendo a complexidade do fenômeno migratório, é extremamente difícil pensar respostas gerais sobre as causas e a gama ilimitada de situações enfrentadas por aqueles que migram. Nesse sentido, cabe a indagação: o Brasil tem promovido a integração social e a cidadania plena de direitos destes novos imigrantes? (BÓGUS; FABIANO, 2015).

Os impactos sociais e políticos gerados pelo fluxo migratório, bem como sua contemporaneidade, justificam a relevância atribuída ao tema, além da necessidade de compreender a experiência desses migrantes “que, muitas vezes, é indizível, vivenciada em silêncio ou silenciada, pois é constituída de sentimentos de indignação, humilhação, sofrimento, dor, mas também, de muita coragem, sonhos, desejos” (MENEZES, 2012, p. 38 *apud* MIRANDA; JUNQUEIRA, 2015, p.111).

São inúmeras as áreas em que os imigrantes sofrem limitações, como saúde, educação, cultura, moradia, capacitação, trabalho e informação. Homens, mulheres e crianças imigrantes, em sua condição de estrangeiros, representam uma diferença imperativa nos contextos locais em que buscam inserir-se como cidadãos “iguais” a todos os demais habitantes do território (ZAMBERLAM, 2017). Entretanto, Lussi (2015) destaca que as desigualdades podem ser registradas nas mais variadas realidades, tais como em relações interpessoais ou profissionais, no acesso a serviços ou no reconhecimento de direitos.

Carmen Lussi (2015) aponta que é necessário pensar em políticas que assegurem os direitos sociais e econômicos dos imigrantes, o que implica a exigência de respeitar cada cultura e de lutar contra o preconceito e a xenofobia. De acordo com a autora, as políticas devem objetivar a inclusão, pois, políticas públicas para migrantes podem fortalecer as desigualdades, enquanto a inclusão da população migrante e refugiada nas políticas pensadas de uma forma integral e transversal favorece a integração e a prevenção de violações de direitos.

Em que pese clareza nas disposições constitucionais há um vácuo no processo de integração de migrantes estrangeiros, refugiados, estudantes internacionais, pela inexistência ou falta de implementação de Políticas Públicas. Para essas categorias o poder público permanece, ainda, bastante distante. A prática mais frequente do poder público é delegar à sociedade civil, especialmente às instituições religiosas, a efetivação da tarefa (...) (ZAMBERLAM, 2017, p.5).

Nesse cenário, tratar das demandas dos imigrantes e as repercussões de sua presença no território é inevitável para os poderes e instituições que lidam diretamente com essa situação. Em Minas Gerais, algumas iniciativas foram lançadas, tanto pelo

poder público, quando pela Sociedade Civil devido ao crescente número de imigrantes na região.

A MIGRAÇÃO HAITIANA PARA O ESTADO DE MINAS GERAIS: UM RECORTE DO MUNICÍPIO DE CONTAGEM

Nos últimos anos, o Haiti vem sofrendo com uma série de desastres naturais. Em 2010, o país foi atingido por um terremoto que causou milhares de mortes e destruiu sua infraestrutura econômica e habitacional. No mesmo ano, um surto de cólera no país matou mais de 8.000 pessoas. Dois anos depois, o Haiti foi atingido por dois intensos furacões, Issac e Sandy, que impactaram duramente sobre os recursos econômicos do país. A partir desse aglomerado de situações adversas, grande parte da população haitiana abandonou seu país em busca de melhores condições de vida. O Banco Mundial (2011 *apud* FERNANDES; CASTRO; RIBEIRO, 2014) estima que aproximadamente 10% dos haitianos tenham emigrado (1.009.400 pessoas) mas outras fontes apontam que a diáspora haitiana já teria ultrapassado a casa de 3.0 milhões de pessoas. As remessas enviadas por esses imigrantes representam, aproximadamente, 25% do PIB do país e são estimadas em 1,5 bilhões de dólares.

Dentre os diversos destinos nos quais a população do Haiti tem buscado refúgio, o Brasil se tornou uma escolha, particularmente após o terremoto de 2010. Desde 2004, o Brasil chefia a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH) como medida estabelecida pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). Em 2012, foi promulgada a Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012, do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), que facilitou o acesso dos imigrantes oferecendo visto com permanência de 5 anos no país por razões humanitárias. Entretanto, o fluxo de imigração dos haitianos já era latente em 2011, quando se estimava a presença de mais de 4.000 haitianos no Brasil (COSTA, 2012 *apud* CONTAGEM-MG, 2015).

A migração se intensificou ainda mais após a chegada dos primeiros haitianos ao Brasil, o que se deu através das redes de contatos com amigos e parentes que permaneciam no Haiti e para os quais relatavam a experiência de viver e trabalhar no Brasil. Esses contatos foram decisivos para o crescimento do fluxo, pois a presença de conhecidos e parentes representa segurança e acolhimento para os que migram em seguida. A esse acolhimento proporcionado pelas redes de contato com amigos e familiares, soma-se ainda a contribuição das redes que se consolidam em torno da igreja, que tende a se estruturar além das fronteiras, como apoio aos polos da imigração haitiana, assemelhando-se a uma grande família unida por laços culturais e de solidariedade (AUDEBERT, 2011 *apud* FERNANDES; CASTRO, 2014).

A partir da chegada dos haitianos e outros migrantes em Minas Gerais, as instituições públicas e da sociedade civil passaram a buscar informações sobre o acesso desses imigrantes aos direitos e serviços públicos. Em relação à sociedade civil, a organização que mais se destaca no atendimento e no acolhimento ao imigrante no estado é o Centro Zanmi, criado em 2013. As instituições públicas, por sua vez, notaram a partir dessa nova realidade, a necessidade de adaptação dos seus trabalhos a essas pessoas para que elas sejam de fato contempladas em seus direitos fundamentais. Segundo pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em

2015, foram constatados pelos imigrantes como obstáculos de acesso a serviços e direitos em Minas Gerais:

a) documentação; b) falta de acesso à moradia adequada em consequência da burocracia para alugar um imóvel e desconhecimento dos procedimentos; c) falta de conhecimento de funcionários públicos acerca da validade de documentos de imigrantes gerando dificuldades de acesso a serviços públicos; d) dificuldades no registro de crianças recém-nascidas; e) desconhecimento e desinteresse pelo tema por parte das instituições públicas (IPEA, 2015, p. 94).

Um aspecto determinante da vinda de imigrantes haitianos, especificamente para o município de Contagem, foi a combinação de oferta de trabalho e baixo valor dos aluguéis. Além de empresas de construção civil, alimentos, frigoríficos e redes de supermercados, o Ceasa se destacou como local de trabalho de muitos imigrantes haitianos no município. A oferta de trabalho ali disponível impulsionou a fixação de imigrantes nas imediações dos bairros Ressaca, Nacional e Jardim Laguna. Outro núcleo de ocupação de imigrantes ocorreu no bairro Petrolândia, próximo a importantes acessos para Belo Horizonte e Betim. Nos dois casos, a proximidade dos locais de trabalho e o baixo custo dos aluguéis orientaram a fixação dos primeiros imigrantes e a consolidação dos primeiros domicílios (FERNANDES; CASTRO, 2014).

De acordo com o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte (2010), o encarecimento dos preços de imóveis em Belo Horizonte, somado à economia proporcionada pela isenção de IPTU no município de Contagem, fortaleceu nesse último município o mercado voltado para as classes de média e baixa renda, mantendo, no entanto, a vantagem de oferecer um nível satisfatório de oferta de equipamentos e infraestrutura, além de proximidade.

Como não é de se surpreender, a intensa imigração sensibilizou a percepção dos brasileiros quanto à presença dos haitianos em seu território, causando simultaneamente desconfiança e interpretações equívocas na sociedade e, por outro, a mobilização do governo e da sociedade civil quanto à necessidade de investir em políticas e debates quanto a política migratória e seus desdobramentos, assim como o despertar da solidariedade da sociedade brasileira com as condições desses imigrantes.

A iniciativa de promoção de políticas voltadas para os imigrantes pode também ajudar na reunificação familiar; desse modo, contribuindo para reverter a separação do núcleo original, causada pela migração do chefe de família. Nesse sentido, quanto melhores as condições de trabalho, a renda e as políticas públicas de inserção dos imigrantes, maior incentivo haverá para a vinda de imigrantes do sexo feminino.

Segundo Fernandes e Castro (2014), em Contagem, a proporção de mulheres haitianas é próxima de 30%, superior a outras cidades brasileiras para onde os fluxos têm se convergido, o que sugere relação com reunião familiar, associada à existência de oportunidades de trabalho para haitianas do sexo feminino. Cerca de 81% dos imigrantes haitianos residentes em Contagem se beneficiaram da RN 97, visto concedido pelas autoridades consulares no exterior.

Nessa conjuntura, as políticas educacionais estão entre as questões que demandam atenção especial, considerando-se que essa é uma base tanto para crianças e jovens que acompanham suas famílias no processo migratório, como também para adultos que chegam de outra cultura, falam outra língua e precisam buscar meios para a sua subsistência e recuperação de suas condições de vida que recomeça em um novo país.

Conforme aponta a pesquisa de Contiguiba (2014), inserir-se nas políticas educacionais públicas tem sido um dos principais desafios enfrentados pelos haitianos no Brasil:

Um dos diversos desafios encontrados pelos haitianos no Brasil é a inserção de seus filhos no sistema educacional brasileiro. A principal barreira é a língua. (...) Os adultos alegam que gostariam de continuar do ponto de onde pararam, seja no nível Fundamental ou Médio, porém o que dificulta é a ausência de uma diretriz governamental, como já dissemos, sobre o que fazer nesses casos (CONTIGUIBA e CONTIGUIBA, 2014, p.82-83).

Como uma resposta para essa situação, a Secretaria de Educação, através do Departamento de Ações Afirmativas de Contagem, cidade da região metropolitana de Belo Horizonte que registra maior impacto com a imigração haitiana, deu corpo ao “Projeto: Escola sem Fronteiras” (CONTAGEM-MG, 2015). A crescente expansão dos imigrantes, principalmente em bairros que já sofriam com vulnerabilidades sociais, acarretou na instabilidade da população, inclusive apontando o estranhamento sobre estes indivíduos vindos de outro contexto. Uma das ênfases do projeto é a prevenção da xenofobia através da estruturação de uma política educacional que vai além da regularização escolar e do ensino da língua local aos imigrantes.

No entanto, a condução de ações afirmativas voltadas para a inserção de imigrantes, através da educação, revela-se desafiadora em decorrência da heterogeneidade geralmente verificada entre os grupos de imigrantes. Por isso, a eficácia das ações requer consideração à heterogeneidade do grupo e respeito à individualidade.

Nesse sentido, Kluzer, Ferrari, Centeno (2001 *apud* CONTAGEM-MG, 2015) apontam que uma abordagem eficaz para imigrantes de nível médio ou superior é de concentrar esforços em ações que possam levar à universidade aqueles que demonstrarem interesse, sobretudo em cursos voltados para áreas nas quais eles já apresentem algum conhecimento prévio. Esses cursos permitem ao imigrante se familiarizar com o contexto do país em que vivem e elevar suas qualificações, de modo a reunir condições de competir por melhores posições no mercado de trabalho. Para tanto, lembram os autores, os migrantes devem ter acesso a cursos ou disciplinas, mesmo que ainda não demonstrem completa proficiência no novo idioma. Caso os migrantes possuam baixa escolaridade, a abordagem deve ser conduzida de modo mais personalizado, respeitando o perfil e as habilidades do grupo. No caso de imigrantes sem escolaridade, a abordagem deve ser eminentemente prática, respeitando barreiras e dificuldades em relação à leitura e à escrita (CONTAGEM-MG, 2015).

Como forma de lidar com a heterogeneidade dos imigrantes em termos de escolaridade, as ações em Contagem têm utilizado critérios qualitativos de avaliação nos cursos de língua portuguesa, que respeitam cada imigrante em sua individualidade, bem como incluídas iniciativas de qualificação técnica e diálogos para promover acesso ao ensino superior. O município conseguiu, de modo inovador, evoluir para contemplar a educação para imigrantes em toda a sua complexidade e magnitude, consciente de tratar-se de relevante instrumento de inserção, aceitação e, por conseguinte, respeito à diversidade.

3 O PROJETO ESCOLA SEM FRONTEIRAS: a experiência de Contagem

A educação representa um poderoso instrumento para a inserção de imigrantes na sociedade de destino, pois facilita o acesso ao mercado de trabalho, à qualificação, à renda e ao convívio social, podendo assim viabilizar a criação de novos laços sociais entre os imigrantes e a sociedade. Em Contagem, município integrante da Região Metropolitana de Belo Horizonte em que é forte a presença de imigrantes, sobretudo de nacionalidade haitiana, a educação tem se destacado como meio para promover a inserção, numa iniciativa potencialmente facilitadora do respeito e do entendimento mútuo.

O papel da educação, de modo geral, e do ensino da língua, em particular, é amplamente abordado na literatura. Para Kymlicka (2001 *apud* FERNANDES; CASTRO, 2014), a educação representa um meio de promoção de debates sobre direitos humanos e cidadania, desse modo permitindo preparar tanto o imigrante quanto a sociedade do país de destino para lidarem com a aceitação e o entendimento mútuo. Berry (2005 *apud* FERNANDES; CASTRO, 2014) também destaca a importância da educação, sobretudo como canal para promover aculturação, processo que depende, segundo o autor, de aceitação recíproca.

Para Boswell (2004 *apud* FERNANDES; CASTRO, 2014), a integração à sociedade de destino envolve as dimensões cultural, social, econômica e política. A primeira requer conhecimento da língua do país de destino, bem como compreensão das normas básicas de sua sociedade. A segunda refere-se à inserção do imigrante no sistema educacional e em ações voltadas para promoção do bem-estar. A terceira é determinada pelo acesso do imigrante ao mercado de trabalho e a quarta coincide com a obtenção da cidadania, que assegura ao imigrante participar do processo político.

Em Contagem, as iniciativas do setor público para promover a inserção dos imigrantes coincidiram com a crescente chegada de haitianos, a partir de 2010. De acordo com o Relatório do Projeto “Estudos sobre a Migração Haitiana ao Brasil e Diálogo Bilateral” (FERNANDES e CASTRO, 2014), no período de 2010 a 2014, a cidade de Contagem passou a receber o maior número de imigrantes haitianos da região Metropolitana de Belo Horizonte. Atualmente, estima-se uma população de dois mil imigrantes localizados em sua maioria nas regiões do Ressaca, Petrolândia, Industrial e Sede.

Segundo dados disponibilizados pela referida pesquisa, 77% dos haitianos residentes em Contagem desembarcaram primeiramente em Belo Horizonte e muitos deles, com visto fornecido pelo consulado em Porto Príncipe (81%) e somente 19% entraram com refúgio/visto humanitário na fronteira. Outro dado interessante é que mais de 28% dessa população se encontra na faixa etária dos 30 a 34 anos, seguidos dos imigrantes do grupo etário de 25 a 29 anos, que representam aproximadamente 24% da população em estudo. As crianças são ainda minoria. Quanto ao grau de instrução declarado pelos haitianos no momento das entrevistas, os dados mostram que 9% possuem Ensino Médio Completo e 5% o Ensino Médio Incompleto, 30% possuem o Ensino Fundamental Completo e 14% o Ensino Fundamental Incompleto, 24% possuem o Ensino Superior Incompleto (FERNANDES; CASTRO, 2014).

Nesse contexto, a Secretaria Municipal de Educação, através do Departamento de Educação em Ações Afirmativas e Diversidade (DECADI) que visa à promoção de medidas educacionais e sociais que contribuam para o enfrentamento de todas as formas de violência, discriminação e preconceito, considerando as dimensões raciais, étnicas,

de origem ou classe social no contexto da educação e ao seu entorno, institui em 2015 o Projeto Escola sem Fronteiras (CONTAGEM-MG, 2015).

O projeto Escola sem Fronteiras tem como objetivo a garantia de acesso universal à educação e ações inclusivas para as populações imigrantes e itinerantes residentes no município de Contagem, por meio de articulações entre ambientes comunitários, públicos e privados, contribuindo com o diálogo no campo da ética, cidadania, segurança, prevenção e combate ao racismo, homofobia e xenofobia. Através do fortalecimento da identidade e interação cultural, orientação aos imigrantes sobre os seus direitos e deveres educacionais, culturais e sociais, a possibilidade de acesso e permanência no ambiente de aprendizagem com respeito à diversidade e inclusão; inserção no mercado de trabalho e geração de emprego e renda, fomentando ações pedagógicas que valorizem a cultura e a história das populações itinerantes, imigrantes e afro-brasileiras (CONTAGEM-MG, 2015).

O Projeto Escola Sem Fronteiras pretende atender a população enquanto política pública, estabelecendo ações que contemplem as demandas e necessidades de forma ampla, sistemática e consistente, capaz de remover o povo imigrante da invisibilidade, gerando empoderamento e condições dignas de sobrevivência na cidade ou país. Nesse sentido, o projeto acontece baseado nos seguintes eixos: assessoramento às crianças, jovens e adultos haitianos matriculados nas escolas municipais; fortalecimento das ações comunitárias da população atendida; capacitação de agentes públicos sobre as temáticas de populações imigrantes e itinerantes; e formação de professores para desenvolvimento de ações pedagógicas e linguísticas referentes ao trabalho com os imigrantes e itinerantes (CONTAGEM-MG, 2015).

O primeiro eixo consiste no acolhimento humanizado aos imigrantes na aproximação linguística entre estudantes, pais e escola, de forma a garantir o acesso, a permanência e a progressão escolar; o fortalecimento das relações interpessoais e o incentivo a troca de experiências culturais; a redução das vulnerabilidades sociais e traduções de bilhete, histórico escolar e materiais informativos do idioma crioulo ou francês para o português ou vice-versa, no período de adaptação e desenvolvimento da língua (CONTAGEM-MG, 2015).

Para o fortalecimento das ações comunitárias da população atendida, foram instituídos encontros regionalizados e a formação de um comitê intersetorial com os agentes públicos de cada setor, para realização de estudos, pesquisas, a sensibilização quanto a temática da imigração, refugiados e apátridas, fomentado a importância do trabalho intersetorial no que tange a implementação de políticas públicas.

As secretarias e autarquias participantes desse comitê são pertencentes as esferas municipais e estaduais (CRAS, SINE, DIREITOS HUMANOS, CONSELHO TUTELAR, COMITRATE, PUC\ MINAS, CPIR e outros) com o objetivo de delinear ações coletivas e específicas na busca ativa da população migratória: mapeamento das lideranças comunitárias e estrangeira, reconhecimento de serviços prestados, acolhimento, acessos aos equipamentos, serviços de trabalho, seguridade social, integração dos povos imigrantes, além de divulgar a história, a cultura, estimulando a convivência e o respeito dos imigrantes residentes em Contagem (bolivianos, peruanos, salvadorenhos, paraguaios, chilenos, africanos e agora haitianos). Foram produzidos materiais, traduções trilingue (português, francês e crioulo haitiano) das cartilhas informativas e folder dos equipamentos: CRAS, CONSELHO TUTELAR, SINE, PROCON e PUC Minas, com intuito de esclarecer sobre a legislação, normas de convivência e cultura do país (CONTAGEM-MG, 2015).

Sobre o terceiro eixo de atuação (formação de educadores/as e agentes públicos para o desenvolvimento pedagógico, linguístico e de ações inclusivas de atendimento das populações imigrantes e itinerantes), foi promovido o “1º Seminário de Imigração e Promoção de Igualdade Racial”, em parceria com a PUC Minas e Coordenadoria de Promoção de Igualdade Racial com 250 representantes dos segmentos públicos, privados e movimentos sociais, esse seminário teve como objetivo dar visibilidade aos imigrantes, conhecer suas necessidades e demandas, a qualificação de atendimento dos órgãos públicos, estabelecer a relação das diásporas do município no combate a xenofobia e ressaltar as questões socioculturais da interação Haiti- Brasil. Além disso, foram ofertadas oficinas linguísticas de francês para 25 profissionais da educação e agentes públicos nas regionais Petrolândia, Sede, Industrial e Ressaca, para possibilitar maior integração da escola, dos estudantes imigrantes, familiares e comunidade (CONTAGEM-MG, 2015).

Por fim, o Curso de Português como Língua Estrangeira (PLE) está associado ao ensino-aprendizagem da língua portuguesa, considerando a necessidade do imigrante e itinerante de estabelecer a integração no meio social, acesso a equipamentos públicos (educação, saúde, defesa social, entre outros), a inserção no mercado de trabalho, a garantia de direitos fundamentais e a dignidade humana pelo uso e domínio da língua. O PLE acontece nas Escolas Municipais Isabel Nascimento de Matos/FUNEC Petrolândia e Maria Silva Lucas, duas vezes na semana, com carga horária de 3 horas diárias. Foram certificados 80 imigrantes haitianos no ano de 2016, considerando o módulo introdutório do idioma de 80h/semestre (CONTAGEM-MG, 2015).

Em suma, o Projeto Escola sem fronteiras representa uma iniciativa significativa que visa contribuir com a inserção dos imigrantes nos seus países de destino, uma vez que a educação possibilita o acesso ao mercado de trabalho, a sobrevivência e o estabelecimento de relações sociais.

É importante registrar que a educação proporciona também que o imigrante possa ampliar a sua compreensão dos direitos do país de destino, visto que passa a ter contato com um ordenamento jurídico diferenciado, ampliação do olhar acerca da cidadania. Portanto, a educação favorece o amadurecimento social e cultural e contribui para o fomento e o desenvolvimento da alteridade social.

4 CONCLUSÃO

Considerando que o nosso país já sofre com suas próprias mazelas sociais, os imigrantes chegam em um contexto que, além do estranhamento que geralmente já ocorre diante da presença de estrangeiros em um determinado território, acarretando riscos de xenofobia e outras adversidades, têm suas dificuldades intensificadas pela ausência de estrutura para inserção, proteção e garantia de direitos a esses indivíduos de outro país. A promoção da educação aos imigrantes e, simultaneamente, da população local para a recepção desses estrangeiros vem sendo um desafio expresso em todo o território nacional.

A despeito da legislação pertinente ao processo migratório da população do Haiti consolidada desde 2012, as políticas para recepção, inserção e fortalecimento desses indivíduos no território brasileiro para que o processo migratório cumpra a sua função de solidariedade e, por conseguinte, proporcione condições adequadas para eles alcancem melhores condições de vida, são recentes e ainda se encontram em processo

de implantação. Dessa forma, visando depreender as respostas a esse desafio na região metropolitana de Belo Horizonte, elencou-se o município de Contagem como campo para compreender as condições dos imigrantes haitianos nesse local e os impactos que a política educacional iniciada neste contexto têm alcançado para proporcionar a esses indivíduos a inserção social necessária ao seu estabelecimento em condições dignas no país.

Em atenção a essa situação, são imprescindíveis aprovação de leis e decretos, elaboração de projetos como o Escola Sem Fronteiras, que viabilizem políticas públicas intersetoriais, condizentes as necessidades dessa população imigrante em parceria com universidades, órgãos e secretarias federais, municipais e estaduais de: Educação, Direitos Humanos e Cidadania, Coordenadoria de Mulheres, de Promoção de Igualdade Racial, Defesa Social, Assistência Social (CRAS), Conselho Tutelar, Secretaria de Trabalho de Emprego e Renda (SINE), Sociedade Civil e outros na temática de inserção de todos no município.

O estímulo ao trabalho intersetorial realizado pelo projeto visa contribuir com o diálogo no campo da ética, cidadania, segurança, educação, prevenção social do indivíduo e desenvolvimento de políticas públicas de atendimento à população migratória na perspectiva da inclusão, combate à discriminação, preconceito e criminalidade. Nesse contexto, o Projeto Escolas Sem Fronteiras ressalta o papel da educação na construção de uma política que possibilite a integração, compreensão da realidade, dos direitos fundamentais e responsabilidade em relação à vida pessoal e coletiva dos imigrantes no espaço escolar e social. Nesse sentido, vai ao encontro dos princípios e direitos fundamentais de todos que residem no território brasileiro de acordo com os artigos 3º e 5º da Constituição Federativa Brasileira que visa a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação e que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...] (BRASIL, 1988).

Face ao exposto, é inegável o papel da educação e os ganhos mútuos da relação imigrante e nacional, envolvendo transformações na dimensão política, cultural, social e econômica, representando uma política que amplia a recepção, a inserção e o fortalecimento dos imigrantes no território brasileiro.

REFERÊNCIAS

BÓGUS, L. M. M.; FABIANO, M. L. A. **O Brasil como destino das migrações internacionais recentes: novas relações, possibilidades e desafios.** Revista Ponto e Vírgula - PUC SP - No. 18, p. 126-145, 2015. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/29806/20723>> Acesso em: 01 Ago. de 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado, 1988.

CASTRO, M. C. G. de; FERNANDES, D.; **A Emigração dos Haitianos para cidades brasileiras: Desafios para políticas públicas de integração.** III Simpósio de Ciências Sociais: Cidade e Democracia, Belo Horizonte, 2014.

CHAVES, E.. **Um olhar sobre o Haiti:** refúgio e migração como parte da história. LGE Editora. Brasília. 2008.

CONTAGEM, MG. **Projeto:** Escola sem Fronteiras. Secretaria Municipal de Educação: Departamento de Diversidade e Ações Afirmativas. Contagem, 2015.

COTINGUIBA, M. L. P. COTINGUIBA, G. C. **Imigração haitiana para o Brasil:** os desafios no caminho da educação escolar. Revista Pedagógica, Chapecó, v.17, n.33, p. 61-87, Jul./Dez. 2014.

DETARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL DA PUC MINAS. CASTRO, M. C. G. de (Org.); **Cartilha: Direitos Sociais dos Imigrantes (Dwa Sosial Imigran Yo):** Haiti - Brasil. PUC Minas, Belo Horizonte, 2016.

FERNANDES, D.; CASTRO, M. da C. G. de; RIBEIRO, C..**Migração Haitiana para o Brasil:** Minas Gerais como destino, a fala dos haitianos. XVI Seminário sobre Economia Mineira. CEDEPLR/UFMG. Diamantina, 2014.

FERNANDES, D.; CASTRO, M. da C. G. de; et al. **Projeto: “Estudos sobre a Migração Haitiana ao Brasil e Diálogo Bilateral”.** Fevereiro 2014.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA. **Migrantes, apátridas e refugiados:** subsídios para o aperfeiçoamento de acesso a serviços, direitos e políticas públicas no Brasil. Série Pensando Direito, n. 57. Ministério da Justiça, Secretaria de Assuntos Legislativos. Brasília, 2015.

LUSSI, C. **Políticas públicas e desigualdades na migração e refúgio.** *Psicologia USP*, São Paulo, v. 26, n.2, p. 136-144, 2015.

MASSEY, D. S. et. al., **Theories of International Migration:** A Review. *Population and Development Review*, V.19 n. 3, p. 431-466. 1993.

MIRANDA, S. C. de; JUNQUEIRA, M. J. da S. **Haitianos no Brasil:** compreendendo o movimento migratório a partir da cidade de Cajamar/SP. *Revista Ponto e Vírgula* n. 18, p. 108-125, PUC SP, 2015.

OIM - Organização Internacional para as Migrações. **Perfil Migratório do Brasil em 2009.** 2010. Disponível em: <http://publications.iom.int/system/files/pdf/brazil_profile2009.pdf> Acesso em: 01 Ago. de 2017.

PATARRA, N.L. **Migrações Internacionais: Teoria, políticas e movimentos sociais.** In *Estudos Avançados*, v.20, n.57, p.7-24, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000200002> Acesso em: 10 ago. 2017.

ZAMBERLAM, Jurandir. **Imigração e Políticas Públicas aos Migrantes na Cidade de Porto Alegre.** Porto Alegre: CIBAI. Disponível em: <http://www.participa.br/articles/public/0006/6528/Imigra%C3%A7ao_e_Pol.P%C3%BAblica._Porto_Alegre.pdf>. Acesso em 01 Ago. de 2017.